

Evolução da Regularização Ambiental e Fundiária do Vale do Guaporé, Mato Grosso.

Eloyl Aparecido Cintra Franco ¹
João dos Santos Vila da Silva ²

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em GEOGRAFIA pela UNEMAT
Rua E, Quadra 12, Bloco 01, Apto 404
78.048-248 - Cuiabá - MT, Brasil
eloyl.adv@gmail.com

² Embrapa Agricultura Digital - CNPTIA
Av. André Toselo, 209 - Caixa Postal 6041
13083-886 - Campinas - SP, Brasil
joao.vila@embrapa.br

Resumo. Este artigo buscou investigar a complexa história dos conflitos de terra no Vale do Guaporé, Mato Grosso, desde o período colonial até os dias atuais. A pesquisa analisou as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldaram a ocupação e o uso do território, com foco especial nos processos de regularização fundiária. Através de uma revisão bibliográfica e da análise de dados de diversos bancos de dados, como o Incra, Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), o estudo revela que o Vale do Guaporé é marcado por uma longa história de disputas pela terra, envolvendo indígenas, colonos, fazendeiros e outras populações tradicionais. A busca por recursos naturais e a expansão da fronteira agrícola impulsionaram esses conflitos, gerando uma grande diversidade cultural e social, mas também intensificando as disputas territoriais. A regularização fundiária é identificada como um desafio crucial na região, devido à complexidade da situação fundiária e à presença de diversas populações tradicionais com direitos territoriais específicos. O estudo destaca a importância do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de outros instrumentos de gestão fundiária para garantir a segurança jurídica e o desenvolvimento sustentável da região.

Palavras-chave: regularização fundiária. gestão fundiária. terra.

Abstract. This article sought to investigate the complex history of land conflicts in Vale do Guaporé, Mato Grosso, from the colonial period to the present day. The research analyzed the social, economic and political dynamics that shaped the occupation and use of territory, with a special focus on land regularization processes. Through a bibliographical review and data analysis from several databases, such as Incra, the Land Management System (SIGEF) and the State Secretariat for the Environment of Mato Grosso (SEMA), the study reveals that the Guaporé Valley is marked by a long history of disputes over land, involving indigenous people, settlers, farmers and other traditional populations. The search for natural resources and the expansion of the agricultural frontier drove these conflicts, generating great cultural and social diversity, but also intensifying territorial disputes. Land regularization is identified as a crucial challenge in the region, due to the complexity of the land situation and the presence of diverse traditional populations with specific territorial rights. The study highlights the importance of the Rural Environmental Registry (CAR) and other land management instruments to guarantee legal security and sustainable development in the region.

Key-words: Land regularization. Land management. Earth.

1. Introdução

A história das relações no campo brasileiro é marcada por conflitos pela terra, identidade e poder, e muito embora o contexto histórico tenha evoluído, esses conflitos persistem, revelando a complexidade e a continuidade das disputas por esse vasto território, uma vez que, a questão agrária no Brasil, envolve a concentração de terras, a grilagem e a violência no campo.

Neste contexto, destaca-se ainda que as mudanças nas formas de organização dos trabalhadores rurais e o crescente protagonismo do agronegócio têm reconfigurado as disputas fundiárias, tornando-as ainda mais complexas Medeiros, (2021). Esses fatores demonstram que, apesar das transformações ao longo do tempo, as tensões e os desafios no campo brasileiro continuam a ser uma realidade presente.

Devido a sua grande extensão, o estado de Mato Grosso constitui-se a partir de diversos biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal, exibindo biodiversidade e características geomorfológicas distintas. A convergência desses fatores, juntamente com as dimensões políticas, sociais e econômicas, aumenta a natureza intrincada da situação agrária, caracterizada por inúmeras disputas envolvendo várias partes interessadas, como proprietários de terras, agricultores, comunidades indígenas e populações tradicionais. Assim, a formação do espaço agrário na região de Mato Grosso foi moldada por várias dimensões das políticas nacionais e estaduais, impactadas por investimentos públicos e privados Rosseto, (2015).

O povoamento de Mato Grosso começou no início do século XVIII com o movimento bandeirante, que descobriu minas de ouro nos rios Coxipó e Cuiabá. Para consolidar este território, a Coroa Portuguesa desmembrou as minas cuiabanas da Capitania de São Paulo, criando a Capitania de Mato Grosso. A missão da nova capitania era proteger a fronteira oeste do Brasil, pois o Tratado de Madrid, baseado na posse pelo uso, estava em negociação. Nessas expedições também capturavam indígenas para serem utilizados como mão de obra escrava e se apoderar das riquezas naturais, especialmente minérios Rosseto e Girardi, (2015). Já no final do século XVIII, as minas se enfraqueceram, levando mineiros, latifundiários e comerciantes a diversificarem suas atividades produtivas. Muitos solicitaram ao governo a concessão de sesmarias para expandir suas operações Alves et al, (2009).

Uma das regiões de interesse nesse processo, é o Vale do Guaporé, que segundo os estudos de Lemos de Souza e de Oliveira (2019, p. 111), até 1950 grande parte dessa região “era quase que exclusivamente povoada pelos Nambikwara”, aponta ainda que esta área tem sido habitada por populações indígenas há mais de 12.000 anos (Miller, 1983). Sendo que, naquela época, havia aproximadamente 20.000 indígenas, distribuídos em um território que se estendia do rio Guaporé até os rios Papagaio, Comemoração, Roosevelt e Tenente Marques. Sendo um território que tinha uma abrangência de cerca de 5.500.000 hectares, localizado entre os municípios de

Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda, em Mato Grosso, e Vilhena, em Rondônia (Price, 1972).

A ocupação da região do vale do Guaporé teve início a partir de 1734, e foi efetivada pelos bandeirantes paulistas, os irmãos Fernando e Arthur Paes de Barros, descobriram ouro no rio Guaporé, nos arraiais de Santana e São Francisco Xavier, onde se formou um núcleo de povoamento (Teixeira, 2004). E com o passar do tempo e devido a necessidade de proteger suas fronteiras dos espanhóis, foi que ocorreu a transferência da capital para a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

A ocupação do território em questão seguiu um padrão histórico: a partir das margens dos rios, ponto estratégico para o acesso à água e à navegação, a colonização se expandia para o interior da floresta. Essa dinâmica, observada em diversas regiões do Brasil. Conforme Oliveira (2010), a escolha das margens dos rios como ponto de partida para os projetos de colonização era justificada pela necessidade de garantir o abastecimento de água, meio de transporte e comércio, e também para a construção de infraestrutura básica para os colonos.

Deve-se ressaltar que a população do Vale do Guaporé apresenta uma diversidade de identidades, englobando remanescentes de quilombos, populações tradicionais como seringueiros, indígenas, pescadores e ribeirinhos, além de camponeses agroextrativistas. Nesse cenário destaca-se também a identidade quilombola, cuja ancestralidade negra e os vínculos com o passado escravo e quilombola da região são fundamentais para sua caracterização. Essa identidade é crucial, pois confere aos seus detentores um conjunto específico de direitos e possibilidades que não se aplicam a outras categorias sociais, como seringueiros e ribeirinhos Souza, (2022).

Um elemento relevante, pois conforme a compreensão de Souza (2022), é de como a identidade ribeirinha da população da região do Guaporé é marcada por uma profunda conexão com o rio e a floresta, expressa em práticas como a pesca, a agricultura de subsistência e a coleta de produtos da floresta. Os saberes tradicionais sobre as plantas medicinais, os ciclos da natureza e os costumes ancestrais são transmitidos de geração em geração, fortalecendo os laços comunitários e a identidade cultural.

Ao longo do tempo, a população do Vale do Guaporé vivenciou um intenso processo de miscigenação, com a confluência de quilombolas, indígenas, agricultores tradicionais e migrantes. Essa dinâmica resultou em uma identidade ribeirinha singular, caracterizada por um conjunto de elementos socioculturais específicos. Entre eles, destacam-se as práticas produtivas tradicionais, as estruturas familiares, as crenças religiosas, os conhecimentos sobre o meio ambiente e as formas de manejo dos recursos naturais. A territorialidade, entendida como um espaço de vida, trabalho e espiritualidade, constitui um elemento central dessa identidade, demarcando um território próprio e ancestral Souza, (2022).

A identificação de características socioculturais específicas auxilia na compreensão da identidade e da ocupação territorial das populações tradicionais. A ocupação territorial, em particular, é um indicador relevante para o reconhecimento desses grupos. No entanto, a complexidade do cenário fundiário brasileiro exige uma flexibilização desse critério. Embora as características tradicionalmente utilizadas para identificar populações tradicionais sejam válidas, a dinâmica social e os conflitos fundiários impõem a necessidade de uma análise mais flexível e contextualizada Rodrigues et al., (2015).

É importante ressaltar os fatores que transformaram essa região ao longo do tempo. A ocupação do território resultou de um conjunto de elementos interligados, como a busca por recursos minerais, a expansão da fronteira agrícola, as políticas governamentais e os fluxos migratórios. Essa dinâmica complexa moldou de maneira significativa tanto a paisagem quanto a sociedade local, gerando oportunidades e também desafios.

Desta maneira, ao explorar tais aspectos esperamos elucidar parte do processo de ocupação desse território, sem necessariamente esgotar o tema, uma vez que são permeados por aspectos conflituosos que revelam a disputa e a necessidade urgente de soluções eficazes para resguardar as populações.

2. Objetivo

Analisar a complexa história dos conflitos de terra no Vale do Guaporé, em Mato Grosso, passando o período colonial aos dias atuais, com foco especificamente na regularização fundiária.

3. Material e Métodos

A pesquisa se pautou em uma revisão bibliográfica sobre a história da região, com destaque para estudos sobre a ocupação indígena e quilombola, a colonização, a expansão da fronteira agrícola e os processos de regularização fundiária. Além disso, foram utilizados dados de diversos bancos de dados, como o INCRA, SIGEF e SEMA, para mapear a situação atual da regularização fundiária na região.

4. Resultados e Discussão

O Vale do Guaporé apresenta uma história marcada por conflitos pela terra, envolvendo indígenas, colonos, fazendeiros e outras populações tradicionais, como é o caso de povos quilombolas. A ocupação da região foi impulsionada pela busca por recursos naturais, como ouro e terras férteis, e pela expansão da fronteira agrícola, essa dinâmica gerou diversidade cultural e social, mas também intensificou os conflitos pela posse da terra.

A regularização fundiária é um desafio crucial na região, devido à complexidade da situação fundiária e à presença de diversas populações tradicionais com direitos territoriais específicos. Assim sendo, este estudo destacou a relevância do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de outros instrumentos de gestão fundiária para garantir a segurança jurídica e o desenvolvimento sustentável da região.

Diante da importância da regularização fundiária para a segurança jurídica e o desenvolvimento sustentável percebemos que a garantia de direitos territoriais é um tema fundamental para a sustentabilidade ambiental e social.

Para que esse processo atinja seus objetivos, principalmente em relação a áreas rurais, é necessário o acesso a um sistema ou documento essencial para a organização e gestão das informações sobre imóveis rurais, sendo eles: o CAR (Cadastro Ambiental Rural), CAR Migrado (versão atualizada do CAR, que também é utilizada para a regularização fundiária), SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural). Portanto, essas siglas estão interligadas e desempenham um papel fundamental no processo de regularização fundiária, garantindo a segurança jurídica e a gestão ambiental dos imóveis rurais Almeida, (2021).

As áreas rurais desmatadas e em uso até 22 de julho de 2008 são classificadas como de uso consolidado pelo Código Florestal. Essa é uma das categorias de uso do solo que pode ser declarada no Cadastro Ambiental Rural (CAR), um instrumento obrigatório para a regularização ambiental, cuja informação foi posteriormente validada pelos órgãos ambientais competentes Arvor et al, (2021).

A pesquisa realizada no ano de 2021, traz à tona a relevância do mapeamento como referência para políticas públicas que visam assegurar a regularidade ambiental da produção agropecuária, principal economia do estado, sendo que o mapeamento das áreas de uso consolidado, no estado

de Mato Grosso, foi realizado pelo Instituto Centro de Vida (ICV) sob revisão da SEMA/MT. Os autores afirmam que, para a implementação eficiente do CAR, um dos maiores desafios é mapear áreas rurais consolidadas em Mato Grosso, sendo que, o mapeamento detalhado é um processo complexo, tendo em vista a dimensão territorial do estado, com três biomas distintos (Amazonia, Cerrado e Pantanal), considerando ainda que, as “áreas rurais consolidadas” incluem muitas subclasses (por exemplo, edifícios, pastagens, terras agrícolas) que dificultam a classificação automática baseada em sensoriamento remoto Arvor et al, (2021).

A regularização fundiária rural em Mato Grosso é conduzida pelo Interemat (Instituto de Terras de Mato Grosso), que atua em quatro modalidades distintas, abrangendo desde a regularização de pequenas propriedades até a de grandes áreas, adaptando-se às diversas realidades do campo Almeida, (2021, p. 15). E essas modalidades são:

- I. doação de terra pública de até 100 hectares;
- II. venda de terra pública para imóveis até 2.500 hectares;
- III. venda especial de terras públicas;
- IV. emissão de certidão para fins de usucapião

Criado em 1975 pela Lei Estadual nº 3.681, o Instituto de Terras de Mato Grosso é a autarquia responsável pela gestão das áreas públicas estaduais, vinculado à Secretaria de Agricultura, substituiu o antigo Departamento de Geografia e Geologia, assumindo um papel central na regularização fundiária e no planejamento territorial de Mato Grosso Almeida, (2021).

A história da ocupação do Vale do Guaporé é marcada por um intenso processo de miscigenação e troca cultural entre diferentes grupos étnicos. Essa diversidade, que constitui a maior riqueza da região, resultou em um mosaico de relações sociais, com momentos de cooperação, conflito e negociação, que moldaram a identidade local e a ocupação, além das disputas territoriais do território ao longo dos séculos.

Conforme Barrozo (2018), a disputa pela terra nessa região teve como consequência muitos conflitos e violência, para solucionar essa problemática o Incra começou a “desapropriar as áreas em disputa, regularizando a situação dos posseiros”. Dentro dessa região encontram-se os seguintes municípios: Conquista d'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Vale do São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Através da análise de dados georreferenciados disponíveis nos repositórios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), foi possível elaborar um mapeamento preciso da situação atual das áreas em estudo, fornecendo informações detalhadas sobre a regularização das terras da região em estudo. Conforme exposto na **Tabela 1**:

Tabela 1. Quantidade de imóveis rurais sem identificação nos sistemas de cadastro fundiário no Vale do Guaporé, distribuídos pelos sistemas SIGEF, CAR, CAR Migrado e SNCI.

MUNICÍPIO	SIGEF	CAR	CAR MIGRADO	SNCI
Pontes e Lacerda	1291	3023	1634	111
Vila Bela da Santíssima Trindade	1094	2717	1450	169
Vale do São Domingos	656	951	585	11
Nova Lacerda	309	1114	452	53
Conquista do Oeste	116	450	198	12

Os dados referem-se aos municípios de Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vale do São Domingos, Nova Lacerda e Conquista do Oeste. A **Tabela 1** apresenta a quantidade de registros que ainda não possuem identificação completa nos referidos sistemas de regularização fundiária e gestão territorial.



Figura 1. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MatoGrosso_Micro_AltoGuapore.svg

5. Conclusões e Sugestões

Concluiu-se que a compreensão da história e das dinâmicas sociais do Vale do Guaporé é fundamental para a elaboração de políticas públicas eficazes para a resolução dos conflitos fundiários e para a promoção da justiça social e ambiental na região.

Notou-se que a relevância da regularização fundiária no Vale do Guaporé revela a complexidade das relações socioambientais na região, demandando uma abordagem interdisciplinar que englobe aspectos históricos, sociais, econômicos e ambientais. A implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) representa um avanço significativo, mas é preciso prosseguir na integração desse instrumento com outras políticas públicas, como a reforma agrária e a demarcação de terras indígenas. A construção de soluções duradouras para os conflitos fundiários exige a articulação entre diferentes atores sociais, o fortalecimento das instituições públicas e a promoção do diálogo entre os diversos segmentos da sociedade.

Tabela 2. Ausência de enumeração, título e descrição dessa tabela'

PONTES E LACERDA				
	Até 100 ha	Até 500 ha	Até 1.000 ha	Acima de 1.000
CAR	1900	727	155	241
CAR MIGRADO	947	430	102	155
SNCI	7	22	27	55
SIGEF	682	404	90	115

VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE				
	Até 100 ha	Até 500 ha	Até 1.000 ha	Acima de 1.000
CAR	1509	739	155	314
CAR MIGRADO	736	422	87	205
SNCI	19	46	20	84
SIGEF	332	465	136	161

VALE DO SÃO DOMINGOS				
	Até 100 ha	Até 500 ha	Até 1.000 ha	Acima de 1.000
CAR	762	97	35	57
CAR MIGRADO	498	54	10	23
SNCI	2	2	2	5
SIGEF	541	70	23	22

NOVA LACERDA				
	Até 100 ha	Até 500 ha	Até 1.000 ha	Acima de 1.000
CAR	699	198	59	158
CAR MIGRADO	223	96	34	99
SNCI	8	5	12	28
SIGEF	121	75	45	68

CONQUISTA DO OESTE				
	Até 100 ha	Até 500 ha	Até 1.000 ha	Acima de 1.000
CAR	310	47	15	78
CAR MIGRADO	136	22	7	33
SNCI	1	2	0	9
SIGEF	42	26	23	25

6. Referências

Almeida, Jeferson. Leis e práticas de regularização fundiária no Estado do Mato Grosso / Jeferson Almeida; Brenda Brito; Pedro Gomes; Ana Paula Valdiones. – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Instituto Centro de Vida, 2021.

Alves, J., Figueiredo, A.M.R., & Bonjour, S. C. M. (2009). Os Assentamentos Rurais em Mato Grosso: Uma Análise dos Dados do Censo da Reforma Agrária. *Panorama Socioeconómico*, 27(39),152-167.

Arvor, D. , Silgueiro, V., Manzon Nunes, G., Nabucet, J. & Pereira Dias, A. The 2008 map of consolidated rural areas in the Brazilian Legal Amazon state of Mato Grosso: Accuracy assessment and implications for the

environmental regularization of rural properties, *Land Use Policy*, Volume 103, 2021.

Barrozo, J. C. A questão agrária em Mato Grosso. In: *Nova História do Mato Grosso Contemporâneo*. (Orgs.) Rodrigues & Joanoni Neto. Cuiabá, EdUFMT, 2018.

Lemos de Souza, R.; De Oliveira, J. E. Etnoarqueologia e processo de territorialização entre os indígenas Wasusu do vale do Rio Guaporé, estado de Mato Grosso, Brasil. *Tellus*, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 105–138, 2019.

Medeiros, Leonilde Servolo de. Atores, Conflitos E Políticas Públicas Para O Campo No Brasil Contemporâneo. *Caderno CRH* [online]. 2021, v. 34 [Acessado 8 Agosto 2024], e021003.

Miller, Eurico Theófilo; Kern, Arno Alvarez. História da cultura indígena do Alto-Médio Guaporé (Rondônia e Mato Grosso). 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

Oliveira, José Lopes de. *Rondônia: Geopolítica e Estrutura Fundiária*. Porto Velho: Grafel, 2010.

Price, Paul David. *Before the Bulldozer: the Nambikwara Indians and the World Bank*. Washington: Seven Locks Press, 1989.

Rodrigues, L. da C.; Neves, R. J.; Carniello, M. A.; Silva, J. dos S. V. da. Caracterização Sociocultural da Região do Taquaral: comunidade Nossa Senhora da Guia, Cáceres/MT, Brasil. *Revista de Geografia (UFPE)* V. 32, No. 3, 2015.

Rossetto, O. C. Produção do espaço agrário no estado de Mato Grosso e o processo de concentração de terras no Pantanal Norte mato-grossense. In: Rossetto, O. C.; Tocantins, N. (Org.). *Ambiente agrário do Pantanal brasileiro: socioeconomia e conservação da biodiversidade*. Porto Alegre: Imprensa Livre, Compasso Lugar Cultura, 2015. p. 25-76

Souza, William, K. do A. (2022). Trabalho-Educação, Economia E Cultura Em Povos E Comunidades Tradicionais: A (Re)Afirmação De Modos De Vida Como Formas De Resistência. *Revista Trabalho Necessário*, 20(41), 01-05. <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52619>

Teixeira, Marco Antônio Domingues. *Campeinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade*. Belém/PA: NAEA/UFPA, 2004.